

Caros Leitores,

Com grande satisfação, apresentamos a Edição 2017/2018 da Revista de Direito do UniFacex, quinta em formato eletrônico, contando com a participação de avaliadores *ah hoc* oriundos de diferentes áreas do conhecimento e instituições de ensino superior. Dessa forma, fica evidente a interdisciplinaridade no olhar avaliativo, que permite aprimoramentos antes mesmo da publicação e viabiliza a oferta de trabalhos mais ricos do ponto de vista das relações entre as diferentes áreas do conhecimento que constituem necessário subsídio para a construção do conhecimento jurídico.

O número que ora se apresenta à comunidade acadêmica do Direito é composto por uma variedade de temáticas, que acolhem discussões interessantes para diversas áreas do Direito, sem descuidar da perscrutação da relação do sistema jurídico com a realidade social que o demanda e que nele incide, revelando o caráter de reciprocidade entre sociedade-direito.

Desenvolvendo uma reflexão sobre a aplicação do princípio do não confisco, apresenta-se uma reflexão importante sobre os limites ao poder fiscalizador e sancionador do Estado no que tange ao exercício de sua atividade fiscal, de modo a evitar situações de penalização tributária que, na prática, acabem tendo o efeito de confisco, o que se revela contrário ao texto constitucional vigente desde 1988.

Em uma discussão interdisciplinar que oferta um olhar constitucional sobre uma liberdade da personalidade jurídica de pessoa física, trata-se das práticas de *body modification* levadas a níveis extremos que, em muitos casos, acabam por desfigurar alguns de seus praticantes, com intervenções muito invasivas no físico que acabam por diminuir a sua aparência humana.

Abordando um tema de altíssima relevância na atualidade, analisa-se o Marco Civil da Internet, de 2015, para evidenciar que a lacuna normativa sobre o assunto já havia dado espaço para a formação de entendimentos jurisprudenciais que divergem das disposições normativas trazidas pelo Marco, especialmente no que tange à responsabilização civil em ambientes virtuais, evidenciando os papéis dos usuários, dos provedores e do Estado nesse cenário.

Em uma discussão sempre atual sobre planejamento econômico, elucida-se os efeitos da atuação regulatória da abertura de empresas no Brasil, evidenciando os efeitos econômicos da normatização que trata dessa questão, para discutir a relação disso com o desenvolvimento humano e da produtividade do ponto de vista do livre mercado e da livre iniciativa no país.

De um ponto de vista filosófico em uma abordagem de base penal, o assunto da liberdade permanece em pauta, buscando-se esclarecer o entendimento de John Stuart Mill sobre o princípio do dano, bem como do exame da liberdade de pensamento, expressão e associação e das relações entre essas vertentes da liberdade no sentido da demonstração que o “paternalismo penal” pode trazer prejuízos tanto para a sociedade quanto para o indivíduo.

Na busca de alternativas para os disfuncionamentos constatados no atual sistema de exercício da democracia brasileira, estuda-se a democracia participativa e os seus instrumentos, de

modo a evidenciar o potencial destes para a mitigação da crise política instalada pelo evidente déficit democrático do sistema representativo.

Desejamos a todos uma excelente leitura! No ensejo, renovamos o convite à submissão de trabalhos para a nossa próxima edição!

Marconi Neves Macedo, Prof. Me.
Editor-Chefe da Revista de Direito do UniFacex